	Ministério dos Transportes	Folha n.º
	Assunto: Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-A, de 1997, que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	1/3
Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, primeira reunião de 2009.		

Senhores membros da Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH,

Apresento-lhes, em face de impasse no desenvolvimento das discussões relativas ao aprimoramento do Projeto de Lei n.º 3009-A, de 1997, em tramitação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, acontecido no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS), dessa câmara técnica, pequenas alterações em tal projeto de lei, como mostrado:

Substitutivo em Tramitação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados:

“Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens destinadas a quaisquer finalidades em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 2º É obrigatória a implantação de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis.

§ 1º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I – cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.


II – cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput:

~~*I – aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;*~~

~~*II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.*~~

Art. 3º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:

	<h1 style="text-align: center;">Ministério dos Transportes</h1>	Folha n.º
	<p>Assunto: Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-A, de 1997, que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.</p>	<h2 style="text-align: center;">2/3</h2>
<p>Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CN-RH, primeira reunião de 2009.</p>		

I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;

II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.

Art. 4º É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.

Parágrafo único. ~~além~~Além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.

Art. 5º O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna dos cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:

I – à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

II – à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, declarando ser inviável a navegação pelo curso de água à montante da barragem a ser implantada, atendendo o disposto no inciso II do § 2º do art. 2º.


Art. 6º Os proprietários de barragens já implantadas terão o prazo de dez anos, para adaptarem seus empreendimentos ao disposto nesta Lei, contado da data de sua publicação oficial.

Art. 7º O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

I – à suspensão das Licenças de Operação dos empreendimentos correspondentes;

II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

	Ministério dos Transportes	Folha n.º
	Assunto: Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-A, de 1997, que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	3/3
	Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CN-RH, primeira reunião de 2009.	

IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

Art. 8º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

*Sala da Comissão, 24 de outubro de 2007. –
Deputado José Santana de Vasconcellos, Vice-Presidente.
No exercício da Presidência.”*

Justificativa:

“.....
§ 2º Não se aplica o disposto no *caput*:

~~*I – aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;*~~

.....”

A única alteração de mérito, correspondente à supressão do inciso I do § 2º do artigo 2º, acima transcrito, e à renumeração do inciso restante, se justifica pelos seguintes motivos:

- ◆ A construção de eclusas ou dispositivos equivalentes será obrigatória para barragens de qualquer finalidade, como dispõe o **caput** do artigo 2º. Não é coerente se excepcionar apenas os aproveitamentos hidroenergéticos cujo potencial seja menor ou igual a 50 MW. Haverá uma relativa injustiça com os demais usos da água;
- ◆ Um aproveitamento hidroenergético de potencial hidráulico inferior a 50 MW pode ser um grande obstáculo à navegação, dependendo do rio em que se inserir;
- ◆ Barragens para outros usos que não a geração hidroenergética, situadas em um mesmo rio, poderão ter alturas maiores do que barragens hidrelétricas de potencial hidráulico menor ou igual a 50 MW.

Brasília, 28 de abril de 2009.

Fred Crawford Prado
Representante do Ministério dos Transportes